

CLIPPING IMPRESSO

09/06/2019



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. JUÍZES.....	1 - 2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	4
3.2. DECISÕES.....	5
3.3. DESEMBARGADOR.....	6 - 8
3.4. JUÍZES.....	9 - 10
3.5. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	11

ARTIGO

Exigência do Nosso Planeta

Osmar Gomes dos Santos*

PÁGINA 2

EXIGÊNCIA DO NOSSO PLANETA

Osmar Gomes dos Santos*



Acada dia vemos divulgação de pesquisas e estudos acerca do clima em nosso planeta e a cada novo enunciado a certeza de que chegamos ao limite está cada vez mais presente. Aprendemos há muito tempo extrair da natureza recursos para nossa sobrevivência, o que foi potencializado a partir da revolução industrial. No século passado e início deste, estamos confirmando ao universo que não queremos apenas o sustento, mas também nosso luxo, conforto, vaidade às custas do meio ambiente.

Todos sabemos o quão necessário é para a sobrevivência da humanidade que os recursos naturais se apresentem em condições ideais, tais como clima, temperatura, índice de poluição do ar e das águas. A combinação desses e outros fatores é que possibilitam o equilíbrio ideal, a perfeita harmonia que garante o nível dos oceanos, a colheita das lavouras, a pesca em abundância, a diminuição de catástrofes naturais. Mesmo com todo conhecimento que temos, continuamos a agredir o meio ambiente de forma sistemática.

Na semana que passou a Organização das Nações Unidas lançou como tema a poluição do ar para ser tratada e debatida na Semana Mundial do Meio Ambiente com diversas organizações governamentais e não governamentais por todo o globo. Embora os problemas ambientais sejam muitos, o tema é por demais pertinente, uma vez que abarca várias causas e consequências dentro do seu escopo.

O ar está em toda parte do globo, sob a camada de ozônio. A diferença está na qualidade do ar que respiramos aqui e acolá, no interior ou na zona urbana, nas pequenas cidades ou nas grandes metrópoles altamente industrializadas. Certamente nas áreas ditas urbanizadas, onde se concentram carros, fábricas e outras atividades tipicamente urbanas, a quantidade de partículas no ar que afetam a saúde tende a ser maior.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 90% das pessoas estão expostas a altos níveis de poluição do ar. Isso representa nove em cada dez pessoas no mundo. As causas nós também já conhecemos bem, com destaque para aquela que vem da agricultura, da indústria, do transporte, do lixo e a doméstica. Apenas a agricultura colabora negativamente com cerca de 24% das emissões de gases, resultantes das atividades agrícolas e pecuárias.

As consequências nefastas da poluição do ar estão presente em nosso cotidiano, a exemplo do aquecimento global, problemas de saúde e as perdas econômicas que podem chegar a 5 trilhões de dólares anuais, segundo estimativa da ONU. Ainda segundo a organização, no tocante à saúde, esse tipo de poluição é responsável pela morte anual de pelo menos 7 milhões de pessoas no mundo.

Além dos efeitos diretos, há aqueles que continuam a se reproduzir em cadeia, como a elevação do nível dos oceanos e a desertificação de áreas antes ocupadas por vegetação, resultado direto da elevação da temperatura no globo. Parece estarmos dentro de um grande formo micro-ondas com o controle remoto nas mãos, completamente alheios a uma temperatura que só

umenta, mas somos incapazes de acionar o único comando capaz de cessar o problema e nos salvar.

Fechamo-nos em nossas bolhas, nossos carros, nossas casas climatizadas, no conforto de nossa ignorância e vaidade, mas somos incapazes de perceber, de uma vez por todas, que fazemos parte de um sistema degradado a cada dia por nós mesmos e do qual todos dependemos. Como sempre faço questão de enfatizar, a solução não é simples, mas possível e está ao alcance de governos e sociedade.

A ONU elenca algumas mudanças de atitudes a fim de frear o avanço da poluição do ar resultante das cinco causas principais. Melhor manejo na atividade agropecuária, maior consumo de vegetais e diminuição das perdas; adoção de combustíveis limpos e fogões mais eficientes para cozimento de alimentos e uso na iluminação; instituição de políticas públicas de incentivo para melhoria da eficiência energética, bem como uso de fontes renováveis de energia, na indústria e no transporte.

É importante acrescentar a esse rol de ações a melhor forma de lidar com resíduos produzidos em nossos domicílios. O descarte inapropriado em via pública, a queima a céu aberto de dejetos, o acúmulo em lixões ou em aterros, contribuem para emissão de gases que impactam na poluição atmosférica. Podemos ajudar na separação e destinação correta dos resíduos recicláveis, por exemplo; da mesma forma como é possível reutilizar como adubo e bioenergia o lixo orgânico.

Percebe-se que há uma série de medidas a serem colocadas em prática, muitas das quais dependem quase exclusivamente dos governos. Outras, porém, estão ao alcance de nossas mãos e entendo que podemos fazer isso de duas formas. A primeira é justamente atuar ativamente junto aos órgãos governamentais para que façam sua parte; a segunda diz respeito diretamente às nossas atitudes, razão pela qual chamo atenção para adoção do comportamento sustentável.

Adotar o consumo consciente em nossas práticas diárias de relação com o mundo torna-se imperativo para estabilizarmos os efeitos da degradação ao meio ambiente. Essa nova forma de consumir não trata apenas do que fazer com o produto a ser adquirido, mas também com o seu resíduo, como embalagem, peças eletrônicas, peças radioativas, restos orgânicos. Um bom caminho já seria evitar a troca anual de celular a cada novo lançamento, por exemplo. E por aí vai.

Nossa casa, o planeta terra, agoniza. Sofre cada dia mais com os efeitos ocasionados das ações daqueles que deveriam cuidar e protegê-lo. Mas ainda há esperança. Não me rendo ao discurso derrotista de que tudo está perdido. Pelo contrário, já comecei a adotar práticas sustentáveis e fazer minha parte, sendo o beija-flor do mundo que quero para

*Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís; Membro das Academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

CASO FLÁVIO DA CONCEIÇÃO

PMs suspeitos de homicídio vão a julgamento



OS POLICIAIS DAUVANE SOUSA SILVA E HELENILSON PEREIRA TERIAM ATIRADO VÁRIAS VEZES NO SERRALHEIRO FLÁVIO DA CONCEIÇÃO

Será realizado amanhã, segunda-feira (10), às 8h30, no Fórum Desembargador Sarney Costa, localizado na Avenida Carlos Cunha, no bairro do Calhau, em São Luís, o julgamento dos policiais militares Dauvane Sousa Silva e Helenilson Pereira Borges, envolvidos no homicídio qualificado do serralheiro Flávio da Conceição, na madrugada do dia 30 de agosto de 2012, no bairro da Caema, na cidade de Imperatriz, distante cerca de 630 km da capital maranhense.

O julgamento ocorrerá no salão do 4º Tribunal do Júri de São Luís (primeiro andar do Fórum do Calhau) e será presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior.

O processo tramitava na 1ª Vara Criminal de Imperatriz, mas a pedido

do Ministério Público, em julho de 2018 houve o desforamento para São Luís (deslocamento da ação penal para outra comarca).

O Ministério Público alegou que Dauvane Sousa Silva, além de policial, é apresentador de um programa de televisão em Imperatriz e vinha conclamando, no veículo de comunicação e em redes sociais, a sociedade local e os jurados para absolvê-los da acusação.

O MP também denunciou os dois militares pelo crime de homicídio qualificado por motivo fútil e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima

O crime

Os policiais militares Dauvane Sou-

sa Silva e Helenilson Pereira Borges teriam desferidos vários tiros de arma de fogo contra Flávio da Conceição no início da madrugada de 30 de agosto de 2012, na Rua Niterói, bairro da Caema.

No dia anterior, ambos teriam ameaçado a vítima, quando faziam rondas em duas motocicletas nos bairros Beira-Rio, Caema e Vila Leandra.

Ao avistarem Flávio, conforme a denúncia, Dauvane apontou-lhe uma arma e perguntou sobre o paradeiro de Pablo, irmão da vítima e fugitivo da Maiobinha.

Como ele respondeu que não sabia, o policial avisou que voltaria à noite e que a família “iria chorar lágrimas de sangue”.

Justiça & Cidadania



Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

O Brasil despótico e a pobreza multidimensional

Governos não podem renunciar a excelsa e primária função de ser serviço do bem comum do seu povo. Quando falta uma ação apropriada dos poderes públicos surgem as desigualdades, com os direitos e os deveres do cidadão carecendo de eficácia prática.

Vivemos uma etapa histórica de grandes transformações com multifacetadas formas violências, que colocam em jogo a alma das pessoas. Verifica-se um paradoxo. Por um lado, um fenomenal desenvolvimento normativo. Por outro, uma deterioração no gozo efetivo dos direitos consagrados globalmente.

Esse é um dos grandes obstáculos que vem debilitando o sistema democrático e dificultando a celebração de um pacto social, capaz de moldar ações concretas que velem pela dignidade dos cidadãos sob a lógica do bem-comum e da cidadania.

No Brasil, histórica e estruturalmente, o “cidadão de bem” é praticamente sinônimo de “cidadão de bens”. Negros, mestiços, mulatos, indígenas, caboclos e tantos outros oprimidos sempre estiveram excluídos da cidadania ou, no máximo, chegaram ao patamar de uma cidadania de segunda classe.

Mesmo após o processo de abolição da escravidão no Brasil, o estigma de superexploração da mão de obra e da discriminação racial mantiveram seu vigor negativo.

A própria trajetória da abolição, com seus entraves e receios, revela a timidez e a tibieza da decisão. Primeiro veio a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que, em princípio, proibia o tráfico de escravos para o Brasil. Na realidade, porém, demorou a produzir resultados esperados pelos abolicionistas. Seguiu-se a Lei do Ventre Livre, assinada pela Princesa Isabel em setembro de 1871, segundo a qual passavam a ser considerados livres todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir da data de sua promulgação.

Depois, em setembro de 1885, temos a Lei dos Sexagenários, de Saraiva-Cotegipe, que garantia a liberdade aos escravos com 60 anos ou mais.

Depois desse longo percurso, foi sancionada em 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel, a Lei Áurea, que teoricamente extinguiu a escravidão no Brasil, país que, vale lembrar, foi o último a abolir o trabalho escravo.

A abolição, entretanto, teve suas contradições. Estudos atestam que, a um certo ponto, a mão de obra assalariada tornou-se menos dispendiosa do que prover às necessidades dos escravos como propriedade a ser mantida rendosamente.

Mais do que uma libertação real dos escravos, o que se viu foi a libertação dos senhores quanto à responsabilidade de mantê-los. Enquanto o trabalhador era escravo, a terra podia ser livre.

Com o processo de abolição, a terra tornou-se escrava. Ganhou preço pela Lei de Terras de 1850, impedindo o acesso a ela por parte dos libertos. Muitos acabaram tornando-se escravos da fome, da desocupação e da dependência. Livres para mendigar ou para “mourejar feito doido”, como no caso do personagem “Nego Lelê”, de João Ubaldo Ribeiro, na obra “Viva o Povo Brasileiro”.

Desse processo resultou, historicamente, uma cidadania pífia e enferma, sem terra, sem trabalho, sem teto, sem comida, com massas deserdadas, rechaçadas para os porões, para as periferias da sociedade, para os lixões.

Uma multidão de cidadãos sem vez, sem voz, sem cidadania, despenca cada vez mais para níveis sociais críticos de extrema pobreza. O país utópico do futuro sem pobreza está cada vez mais distante e o Brasil distópico é a realidade que insiste em permanecer presente.

A pobreza geradora de fome tornou-se a chaga na humanidade, sendo uma das formas mais violentas de humilhar as pessoas, machucar-lhes o corpo e ferir-lhes a alma.

Onde foi parar o compromisso dos governos com aqueles que como seres humanos possuem desejos de um mínimo de alimentação para a matar a ?

Falta vontade política para combater a fome. Fere nossos corações olhar milhões de crianças não podendo dormir devido a fome, tendo que engolir em seco restos de comida recolhidos nos grandes lixões de cidades.

A fome pode levar ao delírio, ao desespero e à violência. Atualmente ela é sistêmica no Brasil. Nos últimos 30 anos a renda dos mais pobres permaneceu inalterada, enquanto o 1% mais rico cresceu 300%.

Se nada for feito para superar esta desigualdade, ela poderá desintegrar toda a sociedade. Aumentará a criminalidade e a insegurança. As pessoas viverão com mais medo do que com esperança. Acabar com a pobreza não é uma questão de caridade, mas sim de Justiça.

É necessário aumentar os fundos destinados ao fomento da paz e ao desenvolvimento da população. Temos os instrumentos adequados e um marco para que as belas palavras e os bons desejos se convertam em um verdadeiro programa de ação que culmine, efetivamente, com a erradicação da fome no Brasil.

Tornar isso realidade, no entanto, demanda uma conjunção de esforços, nobreza de coração e uma constante preocupação para encontrar uma solução para um problema gravíssimo.

É lamentável nos depararmos com enormes obstáculos e barreiras intransponíveis para solucionar uma questão séria como a fome, devido as indecisões, dilatações e total ausência de vigor dos responsáveis políticos, muitas vezes submergidos unicamente em interesses eleitorais ou agarrados em visões enviesadas, peremptórias ou reduzidas.

Nesse marco, faz-se necessário passar das palavras à ação para erradicação da fome, dando passagem a uma visão mais proativa, eliminando o olhar superficial e passageiro de um problema extremamente sério.

Precisamos calar as armas e seu pernicioso comércio para escutar a voz dos que choram desesperados ao se sentir abandonados nas margens da vida, na miséria, em situação de extrema pobreza.

Temos que nos desdobrar com uma ação vigorosa e consistente. Não para nos deixar levar, aos borbotões, pelos titulares intermitentes e passageiros, mas para encarar sem trégua, com solidariedade, justiça e coerência, a fome e as causas que a provocam.

Não há atenuante. Em um mundo que produz alimentos suficientes para garantir comida a todos os seus habitantes, a fome nada mais é do que um crime.

Deus criou o céu e a terra para todos, mas os homens, infelizmente, ergueram fronteiras, que geram a fome, a miséria, a pobreza extrema, traíndo o dom originário destinado à humanidade sem qualquer exclusão.



Caxias em Off

Jotônio Vianna

Política, Cultura & Variedades / off10@uol.com.br

Disse-me-disse

Causa alvoroço e um disse-me-disse danado no meio forense local a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, que suspendeu decisões do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA) favoráveis à manutenção de interinos em cartórios extrajudiciais parentes dos antes titulares da respectiva função.

José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luz.almeida@globo.com / www.joseluzalmeida.com



AFINAL, SOMOS TODOS FILHOS DE DEUS?

Nos dias presentes, quando testemunhamos alguns pecadores se assumindo como alvo das preferências divinas, convém indagar: somos todos filhos de Deus?

Sei que esse pode ser um tema controvertido se a essas reflexões for dado o alcance que ela não deve ter. E, por antever eventuais incompreensões é que me antecipo, dizendo que as minhas colocações não devem levar as pessoas a pensá-las numa dimensão maior do que o sentimento que me impulsiona a fazê-las, que é tão somente de instigar.

Para tentar responder à indagação do título desse artigo convém lembrar, à guisa de ilustração, de uma reunião do atual prefeito do Rio de Janeiro, com 200 pastores evangélicos, há meses ocorrida, na qual ele os orientou a usarem das estruturas do município para obtenção de vantagens para os fiéis – como exames e cirurgias prioritárias, dentre outras – e para as igrejas - isenção de impostos, por exemplo -, afinal, disse o bispo, temos que ser gratos a Deus por “ter nos colocado na Prefeitura”, e poder dar vantagens e prioridades ao povo evangélico.

Assim agindo, Sua Excelência deu a entender que teria feito um pacto com Deus, que, no seu entender, seria parceiro de ações que privilegiem uns em face de outros; como se ele tivesse sido eleito para governar em favor de uma minoria composta pelos escolhidos do Salvador, em detrimento da grande maioria.

Mesmo correndo o risco de ser mal-entendido, ainda assim, fruto da minha conhecida inquietação, resolvi expor algumas das minhas impressões a propósito da, digamos, paternidade celestial, instigado a fazê-lo, não só em razão das ações pouco republicanas de Sua Excelência o prefeito do Rio de Janeiro, mas, também, em face da postura de outros tantos viventes que, como o alcaide mencionado, se julgam escolhidos por Deus, ao tempo em que parecem negar a nós outros essa condição, conquanto, tal qual os outros cristãos que habitam a terra, também sejam igualmente pecadores.

A verdade é que, diante de alguns fatos e da postura de algumas pessoas que se julgam superiores espiritualmente, e, por isso, unidas pelo Senhor - caso do prefeito do Rio de Janeiro e de outros viventes -, fico com a sensação de que há, sim, quem creia, por arrogância ou falta de descortino, que não somos todos filhos de Deus; que Deus,

na visão dessas pretensiosas pessoas, já fez as suas escolhas, em detrimento dos demais mortais que habitam o universo. É como se, para ser filho de Deus, dependêssemos, apenas e tão somente, das escolhas arbitrárias do Pai, sem que fosse necessário que o escolhido fizesse por merecer a honraria, o privilégio da escolha.

Exemplos dessa natureza ocorrem nos campos de futebol. O jogador marca um gol e levanta as mãos para o céu em agradecimento a Deus, como se, dos 22 que estão em campo, apenas ele tivesse o privilégio de ser contemplado com a intromissão divina; é como se Deus estivesse com os olhos voltados para ele, e tão somente para ele, porque só ele, como filho do Homem, faz por merecer a dádiva, ainda que, como os demais jogadores, seja apenas mais um pecador. Voltando ao Rio de Janeiro, lembro que o Prefeito, na famigerada reunião com vários representantes de igrejas evangélicas, conclamou os pares a aproveitarem o fato de Deus tê-lo colocado à frente da Prefeitura da Cidade Maravilhosa, para que fossem atendidos, prioritariamente, os fiéis das suas igrejas, pois, segundo ele, essa era uma oportunidade que Deus havia dado para que eles pudessem ser atendidos prioritariamente, bastando, para implementação das prioridades divinas, que falassem com Márcia, também escolhida por Deus, dentre tantos pecadores, cuja missão na terra seria favorecer as pessoas que eles entendiam ser filhas de Deus.

É dizer, traduzindo o episódio, os demais cidadãos que estão aguardando atendimento numa longa fila de espera - há meses, há anos -, mas que, por infelicidade, não tenham como contatar com Márcia, filha de Deus, não deveriam ser atendidos pelo sistema de saúde do município, pela singela razão de que, eles, diferentes dos fiéis das igrejas evangélicas, não são filhos de Deus, motivo pelo qual não lhes é dado o direito de furar a fila, de serem atendidos prioritariamente.

Na compreensão do Prefeito, Deus o colocou à frente da prefeitura exatamente para favorecer os filhos de Deus e, no mesmo passo, discriminar os que, na sua compreensão e segundo as bênçãos de Márcia, não têm o privilégio de fazer parte desse seleto grupo de ungidos.

O que Sua Excelência o prefeito talvez não saiba - e Deus, embora o tenha ungido, não lhe deu essa capacidade de discernimento - é que, segundo vaticinou Frei Beto, em artigo publicado em o Globo, **“religiões que colocam seus interesses acima dos direitos da população não entendem a proposta do Evangelho”** (in o Uso do Estado pela Igreja).

É isso.



Mistérios

- Qual foi a ‘casa de justiça’, lá das bandas da Areinha, que promoveu uma solenidade com juízes de primeiro grau vestidos de desembargadores???! E isso na luz de um dia ensolarado!!! Promoção agora é por ‘fantasia’???! Marrapá!!!

comemorar três décadas da instalação da instituição, com (...)



PETINHADAS

- Olha essa!!! Na quinta-feira, 6, uma 'casa de justiça' realizou solenidade para comemorar três décadas da instalação da instituição, com convidados externos, homenagens e tudo mais!!! Tudo estaria normal se não fosse por um detalhe: a chefe maior não convocou os desembargadores da casa (só ele e um colega estavam presentes)!!! No entanto, estranhamente, os juízes das varas da capital apareceram trajados com as togas dos desembargadores, para sentar em seus respectivos lugares da bancada!!! Será que esse clima tem alguma relação com uma recente condenação havida por lá????!!!

Osmar Gomes dos Santos

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luis, membro das academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



EXIGÊNCIA DO NOSSO PLANETA

A cada dia vemos divulgação de pesquisas e estudos acerca do clima em nosso planeta e a cada novo enunciado a certeza de que chegamos ao limite está cada vez mais presente. Aprendemos há muito tempo extrair da natureza recursos para nossa sobrevivência, o que foi potencializado a partir da revolução industrial. No século passado e início deste, estamos confirmando ao universo que não queremos apenas o sustento, mas também nosso luxo, conforto, vaidade às custas do meio ambiente.

Todos sabemos o quão necessário é para a sobrevivência da humanidade que os recursos naturais se apresentem em condições ideais, tais como clima, temperatura, índice de poluição do ar e das águas. A combinação desses e outros fatores é que possibilitam o equilíbrio ideal, a perfeita harmonia que garante o nível dos oceanos, a colheita das lavouras, a pesca em abundância, a diminuição de catástrofes naturais. Mesmo com todo conhecimento que temos, continuamos a agredir o meio ambiente de forma sistemática.

Na semana que passou a Organização das Nações Unidas lançou como tema a poluição do ar para ser tratada e debatida na Semana Mundial do Meio

Ambiente com diversas organizações governamentais e não governamentais por todo o globo. Embora os problemas ambientais sejam muitos, o tema é por demais pertinente, uma vez que abarca várias causas e consequências dentro do seu escopo.

O ar está em toda parte do globo, sob a camada de ozônio. A diferença está na qualidade do ar que respiramos aqui e acolá, no interior ou na zona urbana, nas pequenas cidades ou nas grandes metrópoles altamente industrializadas. Certamente nas áreas ditas urbanizadas, onde se concentram carros, fábricas e outras atividades tipicamente urbanas, a quantidade de partículas no ar que afetam a saúde tende a ser maior.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 90% das pessoas estão expostas a altos níveis de poluição do ar. Isso representa nove em cada dez pessoas no mundo. As causas nós também já conhecemos bem, com destaque para aquela que vem da agricultura, da indústria, do transporte, do lixo e a doméstica. Apenas a agricultura colabora negativamente com cerca de 24% das emissões de gases, resultantes das atividades agrícolas e pecuárias. As consequências nefastas da poluição

do ar estão presente em nosso cotidiano, a exemplo do aquecimento global, problemas de saúde e as perdas econômicas que podem chegar a 5 trilhões de dólares anuais, segundo estimativa da ONU. Ainda segundo a organização, no tocante à saúde, esse tipo de poluição é responsável pela morte anual de pelo menos 7 milhões de pessoas no mundo.

Além dos efeitos diretos, há aqueles que continuam a se reproduzir em cadeia, como a elevação do nível dos oceanos e a desertificação de áreas antes ocupadas por vegetação, resultado direto da elevação da temperatura no globo. Parece estarmos dentro de um grande forno micro-ondas com o controle remoto nas mãos, completamente alheios a uma temperatura que só aumenta, mas somos incapazes de acionar o único comando capaz de cessar o problema e nos salvar. Fechamo-nos em nossas bolhas, nossos carros, nossas casas climatizadas, no conforto de nossa ignorância e vaidade, mas somos incapazes de perceber, de uma vez por todas, que fazemos parte de um sistema degradado a cada dia por nós mesmos e do qual todos dependemos. Como sempre faço questão de enfatizar, a solução não é simples, mas possível e

está ao alcance de governos e sociedade. A ONU elenca algumas mudanças de atitudes a fim de frear o avanço da poluição do ar resultante das cinco causas principais. Melhor manejo na atividade agropecuária, maior consumo de vegetais e diminuição das perdas; adoção de combustíveis limpos e fogões mais eficientes para cozimento de alimentos e uso na iluminação; instituição de políticas públicas de incentivo para melhoria da eficiência energética, bem como uso de fontes renováveis de energia, na indústria e no transporte.

É importante acrescentar a esse rol de ações, a melhor forma de lidar com resíduos produzidos em nossos domicílios. O descarte inapropriado em via pública, a queima a céu aberto de dejetos, o acúmulo em lixões ou em

aterros, contribuem para emissão de gases que impactam na poluição atmosférica.

Podemos ajudar na separação e destinação correta dos resíduos recicláveis, por exemplo; da mesma forma como é possível reutilizar como adubo e bioenergia o lixo orgânico.

Percebe-se que há uma série de medidas a serem colocadas em prática, muitas das quais dependem quase exclusivamente dos governos. Outras, porém, estão ao alcance de nossas mãos e entendo que podemos fazer isso de duas formas. A primeira é justamente atuar ativamente junto aos órgãos governamentais para que façam sua parte; a segunda diz respeito diretamente às nossas atitudes, razão pela qual chamo atenção para adoção do comportamento sustentável.

Adotar o consumo consciente em nossas práticas diárias de relação com o mundo torna-se imperativo para estabilizarmos

os efeitos da degradação ao meio ambiente. Essa nova forma de consumir não trata apenas do que fazer com o produto a ser adquirido, mas também com o seu resíduo, como embalagem, peças eletrônicas, peças radioativas, restos orgânicos. Um bom caminho já seria evitar a troca anual de celular a cada novo lançamento, por exemplo. E por aí vai.

Nossa casa, o planeta terra, agoniza. Sofre cada dia mais com os efeitos ocasionados das ações daqueles que deveriam cuidar e protegê-lo. Mas ainda há esperança. Não me rendo ao discurso derrotista de que tudo está perdido. Pelo contrário, já comecei a adotar práticas sustentáveis e fazer minha parte, sendo o beija-flor do mundo que quero para mim e para as gerações futuras.

Avanços da gestão do prefeito Edivaldo na área de resíduos sólidos serão apresentados no II Encontro Lixo Zero

Evento, que acontece nesta segunda-feira (10), é uma parceria entre a Prefeitura e o Instituto Lixo Zero Brasil e integra a programação municipal alusiva ao mês do Meio Ambiente

A. BAETA

O Encontro Municipal Lixo Zero São Luís chega à sua segunda edição para mostrar que medidas simples no dia a dia podem ajudar a reduzir as cerca de 1.300 toneladas de resíduos recolhidos diariamente na capital. É com essa intenção que a Prefeitura de São Luís, em parceria com o Instituto Lixo Zero Brasil, está reunindo o setor público, privado e especialistas em um debate que pense soluções para o lixo na capital, fortalecendo a economia circular e a reciclagem. Durante o evento serão apresentadas as ações colocadas em prática pela gestão do prefeito Edivaldo Holanda Junior com impactos positivos na preservação do meio ambiente, limpeza da cidade e qualidade de vida da população. Com destaque para a implantação dos Ecopontos e desativação do Aterro da Ribeira.

O II Encontro Municipal Lixo Zero São Luís ocorre no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB - Maranhão), localizado na Avenida Carlos Cunha, nº 4014, Cohafuma, nesta segunda-feira (10), das 8h às 18h, como parte da programação em alusão ao mês do Meio Ambiente. O objetivo é discutir ações que fortaleçam e incentivem práticas sustentáveis na capital, bem como apresentar avanços implementados pela gestão do prefeito Edivaldo Holanda Junior na área. Segundo a presidente do Comitê Gestor de Limpeza Urbana, Carolina Moraes Estrela, o evento possui o objetivo de agregar pessoas, projetos e organizações que são exemplo, possuem influência e trabalhos realizados na área de gestão e manejo ambientalmente adequado de resíduos sólidos. “Por meio do encontro queremos planejar e propagar ideias e ações que promovam a educação e conscientização ambiental, a



No II Encontro Municipal Lixo Zero, que ocorre nesta segunda (10), gestão do prefeito Edivaldo apresenta avanços na área

redução e o reuso de materiais, a reciclagem, a compostagem e agricultura urbana, o desenvolvimento local sustentável e tendências que fortaleçam um novo modelo de convivência, mais justo e solidário”, destacou. O evento será positivo e contará em sua programação com a apresentação de boas práticas já em execução tanto pelo poder público, nas suas variadas esferas, quanto pela iniciativa privada e pela sociedade civil organizada que incentivem a sustentabilidade. Os painelistas convidados irão apresentar o que têm feito em sua vida, comunidade, empresa ou instituição, seguindo o conceito Lixo Zero.

GESTÃO PROFISSIONAL DE RESÍDUOS

Entre as palestras de destaque do II Encontro Municipal Lixo Zero está ‘A Profissionalização da Gestão de Resíduos Sólidos em São Luís: desafios e novas

perspectivas’. A apresentação será feita pela presidente do Comitê Gestor de Limpeza Urbana da Prefeitura de São Luís, Carolina Moraes Estrela, que irá falar sobre as políticas que estão sendo implantadas na área ao longo das duas gestões do prefeito Edivaldo à frente da administração municipal, que teve como marco o enfrentamento do desafio de desativar o Aterro da Ribeira. Desde a desativação do Aterro da Ribeira, São Luís tem se destacado entre as capitais que atendem às metas estipuladas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e já implantou políticas efetivas de coleta seletiva e reciclagem com a implantação de 12 ecopontos, modernizou sua legislação municipal, criando o Sistema de Limpeza Urbana de São Luís, investiu em novas tecnologias para melhorar a prestação do serviço, além de apoiar e equipar as cooperativas de catadores

de materiais recicláveis de São Luís, promovendo a geração de emprego, renda e fortalecendo a economia circular a partir de políticas de limpeza urbana.

PROGRAMAÇÃO

A programação do II Encontro Municipal Lixo Zero conta ainda com a apresentação de experiências exitosas de práticas como a do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís e de uma promotora de eventos que tem adotado práticas sustentáveis em suas produções. No âmbito acadêmico serão debatidos os desafios da gestão de resíduos sólidos em ambientes aquáticos e praias na Ilha de São Luís, o descarte correto e consciente de medicamentos, além de ser apresentada uma experiência de compostagem desenvolvida pela Universidade Ceuma.